



Aqui se respira luta: a atuação da ABEPSS frente aos ataques à política de educação superior e à universidade pública brasileira

Here the fight is alive: ABEPSS actions in the face of attacks on higher education policy and Brazilian public universities

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*

Introdução

Este texto foi escrito no momento histórico em que muitos estados brasileiros decretam o fim do uso obrigatório das máscaras de proteção contra a Covid 19. Após 2 anos de pandemia mundial, mais de 650 mil mortes no Brasil e uma política planejada e consciente do governo federal que combina negacionismo, corrupção e ações nitidamente genocidas, as máscaras saem de cena, para muitos de forma precoce, e abrem espaço para rostos exaustos, famélicos, mas também indignados.

As máscaras que protegem não são as mesmas que cobrem de forma mistificada a natureza burguesa do Estado, mas são aquelas que fizeram intensificar nossas expressões pelos olhos. Olhos que observam a movimentação governamental oportunista para aprofundar o projeto de ataques aos serviços públicos, seu funcionalismo e aos direitos que foram conquistados através de muita luta da classe trabalhadora organizada. Esses olhos se espantam com o acirramento das desigualdades de classe, raça, etnia, gênero, orientação e identidade sexual. Não há mais máscaras que sejam capazes de esconder a precarização extrema do trabalho, o desemprego, a violência, a fome e as mortes. No presente artigo iremos dialogar com as análises apresentadas por Janaína Duarte e Katia Lima (2022) no texto *Fascistização e educação superior: o futuro da universidade pública em xeque*. Vamos reforçar elementos que consideramos fundamentais para a compreensão da ofensiva do capital à educação superior, ressaltando, especialmente a intensa reconfiguração das universidades públicas conduzidas durante os governos Temer e Bolsonaro, mas iniciada muito antes, em um processo que data do começo de 1990, quando da consolidação do projeto neoliberal no Brasil.

* Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), gestão *Aqui se respira luta*, biênio 2020-2022. (ABEPSS, Brasília (DF), Brasil). Sala B1-439, primeiro andar do Instituto Central de Ciências - ICC, ala centro, Campus Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília - UnB, Brasília (DF). CEP 709.10-900. E-mail: abepss@abepss.org.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Fundamentadas na obra do grande intelectual marxista Florestan Fernandes as autoras nos oferecem preciosas contribuições que servirão de base para apresentação dos desafios e da agenda de lutas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em defesa da universidade pública e da formação profissional em Serviço Social orientada pelas Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS.

Capitalismo dependente, trabalho e formação profissional

Podemos afirmar que o sistema do capital, em sua fase madura nos confere e nos confirma que o desenvolvimento pleno das suas possibilidades produtivas, produzem, no polo contrário, o aumento da miséria, aprofundando as contradições fundamentais desse modo de produção. “Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” (MARX, 2003, p. 748). Cada vez mais não somente as relações econômicas, mas também as políticas, sociais e culturais vão sendo controladas pela lógica de valorização do capital que incita a barbarização da vida social, a mercantilização dos direitos e a destruição da natureza em escala mundial nunca presenciada anteriormente.

Concordamos com Duarte e Lima (2022) que os aspectos centrais do dilema educacional brasileiro só podem ser entendidos quando inscritos nos nexos estruturantes de uma sociedade capitalista dependente. Somente a análise crítica desses nexos poderão indicar os contornos da política de educação superior e a modelagem da universidade pública em nosso país nas suas formas particulares em cada período.

O exame rigoroso do movimento histórico aponta para uma política educacional orientada pelos interesses imperialistas associados a uma burguesia nacional antinacional, racista e conservadora. Nessa trilha, imperialismo e capitalismo dependente compõem o projeto burguês de sociabilidade que delinea os limites da descolonização em nosso país, do processo de formação da classe trabalhadora assalariada e da articulação de formas heterogêneas e anacrônicas de produção, indicando que a condição colonial permanece presente e renovada e impacta na (re) configuração da política de educação superior.

Dessa forma, a discussão apresentada por Duarte e Lima também permite identificar os rebatimentos do *desenvolvimento desigual e combinado*¹ em nosso país, sobretudo, na formatação que o trabalho e a política de educação superior irão assumir de forma a manter na produção de mercadorias e na mercantilização do direito à educação uma relação de dependência e subordinação aos ditames oriundos do centro do capital e de suas organizações. O lugar que o Brasil ocupa na dinâmica mundial do capital em grande medida incidirá nos rumos do trabalho e da educação superior e, nesse caminho, incidirá também no exercício e na formação profissional de assistentes sociais.

¹ “As leis da História não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas” (TROTSKY, 2007, p. 21).

Assim, a análise da educação tendo como referência as particularidades do nosso desenvolvimento capitalista se apresenta como uma importante chave analítica para que possamos compreender o período recente. Outra chave que nos parece fundamental é a relação trabalho e educação nas sociedades capitalistas.

As transformações na dinâmica do capitalismo contemporâneo, e as particularidades do capitalismo dependente, afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, além de provocarem redefinições no papel do Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e desafios ao trabalho e à formação profissional de assistentes sociais.

Considerando ser a ABEPSS uma associação científico-acadêmica e política é fundamental para o desenho da sua agenda de lutas e definição das suas articulações políticas compreendermos a dinâmica do capitalismo contemporâneo, os nexos estruturantes do capitalismo dependente; os impactos desses nexos no mundo do trabalho; o perfil de trabalhador que vem se gestando tendo em vista atender às necessidades do capital de se valorizar e o perfil de assistentes sociais que vem sendo formado para este mesmo fim. Também precisam estar no centro das nossas análises as configurações da política social, reconhecida aqui como base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social; as características da educação superior e as contradições que se colocam para a formação profissional; a descoberta do curso de Serviço Social como nicho de valorização do capital e sua relação com a demanda de mercado, considerando o formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes sociais na contemporaneidade; além da apreensão dos movimentos de luta e resistência da classe trabalhadora e, particularmente, da categoria profissional de assistentes sociais.

Nesse contexto, os caminhos e descaminhos do trabalho e da formação profissional apenas podem ser analisados em sua densidade histórica no contexto da ordem capitalista e da luta de classes.

Adensamos as contribuições do texto de Duarte e Lima (2022), recuperando o pressuposto marxista de que é o trabalho que funda as condições materiais de existência e a reprodução da sociedade. Essa escolha pela centralidade do trabalho se orienta, no plano teórico, a partir do seu reconhecimento no sentido ontológico, como fundante do ser social em seu processo de socialização; bem como do trabalho alienado, fonte de desumanização desse ser e do processo de estranhamento, como algo inerente ao capitalismo em suas diferentes fases.

Nossa análise também sustenta que a educação é uma mediação secundária/ou de segunda ordem necessária para a reprodução social. Dessa forma, a natureza da educação – como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas – está vinculada ao destino do trabalho. Um sistema que se apoia no antagonismo entre trabalho manual e trabalho intelectual, na subsunção formal e real do trabalho ao capital e na divisão em classes, irá exigir a presença de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para sua realização, e, ao mesmo tempo, a socialização de valores que permitam a sua reprodução. Assim, para pensar a política de educação superior e a

universidade pública, é necessário localizá-las no sistema das relações entre o capital e o trabalho, recuperando seus limites, suas contradições, seu movimento e seu horizonte de superação. Para isso é fundamental redescobrir a relação da educação com o trabalho, com o qual compartilha, na sociedade capitalista, entre tantas coisas, a alienação.

Sustentamos a premissa de que existe uma relação dialética entre trabalho e educação, sendo o trabalho a categoria determinante nesse processo. Ou seja, para nossas análises as mudanças no mundo do trabalho tensionarão as mudanças no campo da política de educação superior e, conseqüentemente, na formação profissional. Nesse caminho, se a relação é dialética, faz-se necessário considerarmos também que, uma vez que a formação contribui para configuração de um determinado perfil de profissional, este também irá incidir no exercício da profissão. Logo, uma análise crítica e profunda da política de educação superior, da configuração da universidade pública e da formação profissional em Serviço Social não pode ser dissociada de uma densa análise dos fundamentos do trabalho, do trabalho na sociedade burguesa e do trabalho de assistentes sociais nos marcos do capitalismo contemporâneo.

Isso significa dizer que nesse tempo histórico de pleno desenvolvimento das forças produtivas, mas também de crise estrutural do capital e permanência dos padrões dependentes de desenvolvimento, estamos vivendo o momento mais adverso para o trabalho e a formação profissional em Serviço Social. Se recuperarmos a quadra histórica objeto de análise do texto *Fascistização e educação superior: o futuro da universidade pública em xeque*, o Brasil pós-2016, é possível observamos o aprofundamento dos ataques aos direitos vinculados ao trabalho e uma intensa reconfiguração das universidades públicas cada vez mais orientada pelos interesses do capital. São exemplos desse processo: a aprovação da Emenda Constitucional 95 (2016), a aprovação da *Reforma Trabalhista* (2017), a ampliação da Lei de Terceirizações (2017), a *Reforma do Ensino Médio*, a definição da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Já no governo Bolsonaro podemos destacar: a *Reforma da Previdência*, a instensificação do plano de privatizações, o projeto Future-se, o desmonte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a expansão acelerada pela pandemia do ensino virtual e a proposta do Reuni Digital que se associa a proposta da PEC 32, conhecida como *Reforma Administrativa*, mas que na verdade se configura na total destruição dos serviços públicos.

Nesse sentido, o principal nexos que liga trabalho e formação profissional é a mercadoria. O que traz a unidade dialética desses processos será a lógica da mercadoria, tal qual formulada por Marx, visto que, trabalho e educação não são mercadorias, mas se tornam na sociedade capitalista.

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em

[...] imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. [...] A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a

necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2003, p. 57).

A educação tornou-se uma peça importante do processo de acumulação e valorização do capital, à medida que, assim como o trabalho, também foi transmutada em mercadoria. Tornou-se protagonista no estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução da exploração e das desigualdades de classe. Tornou-se mecanismo de manutenção e reprodução desse sistema. Nesse lastro sua função tem sido garantir a conformidade e a concordância tanto quanto for possível dentro dos seus limites institucionalizados.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessários à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Assim, as autoras com as quais travamos nosso diálogo apontarão que são funções da educação superior no capitalismo: a formação da força de trabalho, a difusão da concepção burguesa de mundo e a constituição da educação como campo de exploração lucrativa, no caso do capitalismo dependente brasileiro, todo esse processo será estruturado pela privatização.

O avanço do projeto privatista: uma educação para o capital

A política de educação é resultado de formas historicamente determinadas de respostas às contradições que particularizam a sociedade capitalista, dadas pelas classes sociais e pelo Estado. Em grande medida essa política conforma um conjunto de ações institucionalizadas que enfrentam o acirramento da questão social. Constitui assim em intervenção do Estado de classe que procura garantir as condições necessárias para a reprodução das relações sociais dominantes, mas também se constitui como fruto da luta política da classe trabalhadora, sendo, portanto, um campo de embates de modelos e projetos educacionais e societários distintos, em que se colocam forças que se movimentam pelo reconhecimento ou negação dos direitos sociais.

O foco principal do debate que aqui iremos sistematizar será a política de educação superior no Brasil a partir dos anos de 1990, período de profundo processo de contrarreforma neoliberal, estimulada pelos interesses monopolistas e que atravessam a organização da universidade, particularmente, no que se relaciona ao projeto de formação profissional construído e defendido pelo Serviço Social brasileiro. Veremos que a política de educação superior sofrerá forte interferência, uma interferência concedida e associada à elite nacional, de forma a garantir uma vinculação ideo-política com os valores dominantes, em que a dependência deve assumir um papel de subordinação econômica na lógica da economia mundial.

Concordamos com Lima (2013) ao sinalizar que as alterações que serão conduzidas na política de educação e, sobretudo, na política de educação superior, ocorrerem a partir de três necessidades do capital: 1) a subordinação da ciência à lógica mercantil, 2) a constituição de novos campos de lucratividade e 3) a construção de estratégias de obtenção do consenso em torno do projeto burguês em tempos de hegemonia neoliberal.

Em face dessas considerações, fica evidente que o reordenamento do Estado pautado pelos organismos internacionais impactará na configuração do ensino superior brasileiro. A perspectiva da educação enquanto um direito social vai sendo, paulatinamente, alterada através da privatização em larga escala e da imposição de uma lógica empresarial nas instituições de ensino que reafirmam os princípios do Processo de Bolonha (1999), cujo objetivo central era uniformizar o sistema de ensino superior, visando à empregabilidade, por meio das seguintes estratégias: adoção de sistema de graus comparável e facilmente inteligível; adoção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos, pré e pós-graduado; promoção da mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores e garantia de uma dimensão europeia ao ensino superior. Assim, a universidade foi sendo direcionada segundo critérios importados do mundo empresarial: custo/benefício, eficiência/eficácia, inoperância/produtividade.

O país segue em uma ampla e irrestrita abertura ao capital privado, dando continuidade aos processos desencadeados na Reforma Universitária de 1968 que privilegiou o incentivo aos cursos da área tecnológica e facilitou a expansão da rede privada de ensino superior, estabelecendo as matrículas por disciplina, o sistema de créditos, a instituição de cursos básicos (ciclos básicos), sustentada no modelo tecnocrático, com racionalidade empresarial, sob orientação de padrões de produtividade e eficiência

Nessa direção os processos educacionais devem ser cada vez mais funcionais à lógica produtivista própria da dinâmica dos mercados. Com isso, a universidade brasileira assumirá características próprias da *empresa* capitalista no que se refere ao seu modo de organização, funcionamento e gestão, redirecionando os processos de produção do conhecimento e avaliação dos resultados.

A universidade irá se flexibilizar, assim como as condições e as relações de trabalho. Torna-se possível e legal a flexibilização dos contratos com ataques a estabilidade e a realização de concursos públicos; a flexibilização dos currículos; a separação entre ensino, pesquisa e extensão. A qualidade é balizada pela produtividade, marca do capitalismo contemporâneo. Importa quanto se produz, em quanto tempo se produz e com que custo se produz, não interessando saber o que se produz, como se produz e para que (ou quem) se produz. O mercado dita as regras da formação profissional brasileira para o trabalho complexo.

O que se espera do trabalhador explorado molda os novos trabalhadores formados nas instituições de ensino superior no país. A pesquisa produz base científica para o pleno desenvolvimento do mercado e a perpetuação da exploração e das desigualdades de classe. É clara a relação do trabalho com a educação. Se a lógica da mercadoria une esses processos dialeticamente, podemos afirmar que hoje a precarização intensa também é

um elo importante. A formação profissional cada vez mais tem sido tencionada pelos processos mercantilização e precarização que atingem o trabalho em nossa sociedade e caracterizam os rumos da política de educação superior no Brasil. A receita neoliberal dos organismos internacionais tem sido seguida à risca pelos governos brasileiros, em que se pese as configurações e adaptações particulares mais ou menos regressivas a depender do movimento da luta de classes e da correlação de forças que se apresenta na arena política do debate em torno da política social e do fundo público.

A gestão de Jair Bolsonaro altamente militarizada e com aspectos profascistas, segue com as intervenções nas instituições federais de ensino, sobretudo no que se refere à escolha dos seus dirigentes, desrespeitando processos mais democráticos conduzidos pelas próprias instituições. Seguem os ataques ideológicos à universidade e sua comunidade e acirram-se os cortes orçamentários na área que praticamente inviabilizam o funcionamento das universidades, as políticas de permanência estudantil e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Desde a campanha eleitoral e a apresentação da sua medíocre proposta de governo, denominada *O caminho para a prosperidade* que Bolsonaro elege a universidade e o funcionalismo público como alvos da sua política de desmonte, privatização e degradação do trabalho docente, atravessada por escândalos de corrupção e forte presença de setores vinculados à chamada Bancada da Bíblia, com nítida interferência do fundamentalismo religioso nas pautas da educação.

Aqui se respira luta: a atuação da ABEPSS na defesa da educação e da universidade públicas

Apoiando-se no chamado de Duarte e Lima à organização e luta da classe trabalhadora ressaltaremos a movimentação do Serviço Social brasileiro comprometido com seu Projeto Ético Político que tem buscado coletiva e democraticamente debater os caminhos da profissão diante de um contexto de graves ataques aos direitos sociais e àqueles vinculados ao trabalho. Esse não se trata de um movimento autônomo da profissão, mas sim de processos que se imbricam, necessária e diretamente, com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

Assim, tendo a análise da sociedade burguesa, como totalidade concreta – e suas contradições, nossas conclusões não identificam na ordem do capital nenhuma possibilidade de conjugação positiva entre a sua acumulação e os princípios da igualdade e da justiça social. Nesse caminho, se o direito social, que pode ser viabilizado através das políticas sociais é uma conquista da organização e luta dos trabalhadores e sua defesa continua sendo fundamental, especialmente em países de capitalismo dependente como o Brasil, ele não é a via de solução das desigualdades sociais que é inerente a este modo de produção, que se sustenta na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria e na miséria em meio a abundância.

É nesse movimento que precisamos observar a ação das entidades representativas do Serviço Social e trataremos especialmente aqui a atuação da ABEPSS, na sua gestão *Aqui*

se respira luta (2020-2022), em defesa do trabalho e da formação comprometidos com o Projeto Ético Político profissional.

As trilhas dessa movimentação seguem com articulações mais amplas que conformam a possibilidade de saídas coletivas diante da conjuntura de crise do capital e ataque aos direitos.

Além da já histórica articulação com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), a Associação tem dado continuidade à sua intervenção em espaços ampliados da política. Destacamos aqui a participação da ABEPSS na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública (CONEDEP), que reúne entidades, movimentos populares, partidos políticos e sindicatos, e que tem construído os Encontros Nacional de Educação, apontando como perspectiva um projeto democrático e classista de educação. Também temos construído o Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadore/as da Saúde (FENTAS) e conquistamos uma titularidade inédita no Conselho Nacional de Saúde (CNS) fundamental espaço de controle social e de defesa da saúde pública e do SUS.

Ainda nessa área estamos na Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) com profícuas alianças e lutas, nesse momento, contra a adesão anti-democrática da UFRJ à EBSEH, que consolida o processo de privatização da gestão dos Hospitais Universitários no Brasil, mas também contra os ataques às Residências Multiprofissionais em Saúde, *lôcus* da formação em serviço, que envolve um conjunto significativo de assistentes sociais em todo país e precisa ser fortalecido em sua dimensão participativa e na perspectiva da Reforma Sanitária e formação para o trabalho no SUS. A ABEPSS participa ainda da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 que prevê a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos na educação básica, fortalecendo pautas desse nível de educação e construindo intervenções políticas junto à categoria de psicólogos/as na defesa de um projeto de educação que extrapole as paredes das salas de aula.

Muitos são os desafios da atual conjuntura: o ensino remoto, arremedo excludente implementado nas instituições de ensino durante a pandemia e que serviu de laboratório para a consolidação do ensino virtual enquanto projeto do governo para a educação superior brasileira, vejam a proposta do Reuni Digital e da criação da primeira universidade totalmente digital do Brasil.

As ações da ABEPSS seguem com a finalidade de defender os princípios formativos contidos nas Diretrizes Curriculares (1996) e na Política Nacional de Estágio (2010). Dessa maneira, nos últimos 2 anos produzimos documentos sobre diversos temas: ensino remoto emergencial, curricularização da extensão, etc. Realizamos levantamentos junto às Unidades de Formação Acadêmica (UFAS) objetivando conhecer as realidades dos cursos e enraizar a presença da ABEPSS nas escolas. Realizamos *lives* através do projeto ABEPSS ao vivo, debatendo temas de interesse do trabalho e da formação profissional. Para tanto, foi fundamental o envolvimento e a contribuição dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) e a rigorosa produção científica de conhecimento na nossa área.

Ampliamos nossa política de comunicação com maior incidência no *site* e nas redes sociais, divulgando as ações, formulações e posições da entidade. Temos buscado fortalecer o Comitê Editorial da Revista *Temporalis*, importante canal de divulgação da produção de conhecimento crítico na área do Serviço Social. Realizamos eventos em todas as regionais, participamos de campanhas com outros sujeitos coletivos, especialmente, ANDES, FASUBRA, SINASEFE, entidades estudantis e Associações Científicas em defesa da universidade pública, da ciência e de um projeto anticapitalista, antirracista, anti-capacitista, anti-LGBTfóbico e não machista de educação.

Essas intervenções foram adensadas por um incremento nas nossas relações internacionais, sobretudo com as organizações de trabalhadores e de escolas de Serviço Social, destacamente a Associação Latino Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAIETS) e Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS).

A defesa dos direitos sociais, dentre os quais a educação, e dos direitos vinculados ao trabalho inscreve-se como meio para garantia da emancipação política em um país como o Brasil, na qual esse grau de emancipação sempre foi expressivamente fraco e em um contexto mundial, marcado pela crise do capital, no qual, por um lado, é cada vez menos possível haver reformas e, por outro, a regressão das conquistas dos trabalhadores tem se tornado a tônica. A defesa dos direitos como um dos princípios que atravessa o projeto profissional hegemônico, e que deve emoldurar o exercício e a formação profissional, não pode ser hoje mais necessária e urgente, uma vez que constitui passo preliminar para o que, em última instância, o Projeto Ético-Político profissional possa garantir centralmente a liberdade e sua exigência fundamental: a emancipação humana. Com isso queremos reafirmar a vinculação do Projeto Ético Político da profissão com a luta mais ampla dos trabalhadores e a necessidade de uma racionalidade que estimule nos profissionais atitude crítica e coragem para não retroceder. É preciso uma racionalidade que permita compreender os fundamentos da ordem burguesa e suas metamorfoses; as demandas profissionais e os objetos de intervenção e estabelecer os meios mais adequados para intervir sobre eles; a correlação de forças do momento, bem como evitar tanto incorrer em falsos dilemas quanto apostar em falsas alternativas. Essa racionalidade só pode ser a materialista dialética, que tem se construído em um importante mirante para a crítica da profissão, contribuindo para o amadurecimento da mesma.

Desse modo, pensar uma educação libertária e livre das amarras do capital implica em pensar uma sociedade onde o trabalho também seja livre e expressão da verdadeira essência humana. Essa é a alternativa para nossa classe se quisermos romper com o *circuito fechado*, usando o termo de Florestan Fernandes (1977) e a constante ação autoritária e repressiva da burguesia contra as possibilidades de mobilização popular que possam resultar em conquistas. *Vamos caminhando, aqui se respira luta!*

Referências

DUARTE, J.; LIMA, K. **Fascistização e educação superior**: o futuro da universidade pública em xeque. *Argumentum*, Vitória, v. 14, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2022.

FERNANDES, F. **Circuito Fechado**: quatro ensaios sobre o poder institucional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Iva Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

É uma entidade Acadêmico Científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação. Dentre os seus princípios fundamentais está a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada.
